

# Advocacia e IA – Contencioso Jurídico

The screenshot shows a Streamlit application titled "Painel de Cadastros e Gerenciamento de Casos". The main header features a folder icon and the title. Below it, a sub-header reads "Gerencie os dados do seu escritório, clientes e acesse os casos em andamento." A dropdown menu labeled "Dados do Escritório e Advogados" is visible. The main content area is titled "Clientes e Seus Casos" and includes a sub-section "Clientes Cadastrados". It features a dropdown menu for selecting a client and a button to "Adicionar Novo Cliente". A note says "Selecione um cliente na lista à esquerda para ver ou adicionar seus casos."

The screenshot shows a Streamlit application titled "Análise do Caso: caso\_d88d7a76". The main header features a scales of justice icon and the title. Below it, a message says "Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso\_d88d7a76'...". A navigation bar at the top includes links for Chat, Resumo, Análise Estratégica, FIRAC, Gerar Petição, and Pesquisa Ementas. The main content area is titled "Chat com Documentos do Caso" and includes a sub-section "Ingestão de Dados". It features sections for "Informações de texto", "Documentos PDF" (with a "Drag and drop files here" field and a "Browse files" button), and "Imagens (com texto)" (with a "Drag and drop files here" field). A note says "Faça perguntas sobre os documentos do caso, da Base de Conhecimento, ou ambos." and "Selecione o escopo da busca: Caso Atual + KB Global (selected), Apenas no Caso Atual, Apenas na KB Global". A text input field "Sua pergunta:" and a red "Enviar Pergunta" button are also present.

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso\_d88d7a76'...

Chat com Documentos do Caso

Faça perguntas sobre os documentos do caso, da Base de Conhecimento, ou ambos.

Selecionar escopo da busca:

Caso Atual + KB Global  Apenas no Caso Atual  Apenas na KB Global

Sua pergunta:

O que é tratado neste caso?

Enviar Pergunta

**Resposta:**

Neste caso, trata-se de uma ação declaratória de inexistência de débito em que a parte autora alega ter identificado depósitos não reconhecidos em seu extrato bancário, relacionados a um empréstimo consignado que ela afirma não ter contratado. A parte autora busca a declaração de nulidade do contrato, a restituição dos valores e a fixação de danos morais. No entanto, o tribunal decidiu que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem a indenização por dano moral.

Ver Documentos Fonte

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso\_d88d7a76'...

Análise do Caso: caso\_d88d7a76

Resumo do Caso

Foco do resumo (opcional):

Resumo geral dos pontos chave do caso

Gerar Resumo do Caso

**Resumo Gerado:**

Os documentos analisados tratam de casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado. Em todos os casos, houve a negação de danos morais à parte autora, com restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante. As decisões foram baseadas no Código de Defesa do Consumidor e no entendimento de que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem indenização por danos morais. Em um dos casos, houve condenação por danos morais, mas a parte autora não conseguiu comprovar interesse de agir em relação à declaração de nulidade do contrato. Em todos os casos, a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais resultaria em multa, conforme previsto no Código de Processo Civil.

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

## Análise do Caso: caso\_d88d7a76

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso:'caso\_d88d7a76'...

Chat Resumo Análise Estratégica FIRAC Gerar Petição Pesquisa Ementas

### Análise Estratégica do Caso

Nome do Cliente Nome da Parte Oponente

Identificar Riscos Legais

Sugerir Próximos Passos

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

Identificar Riscos Legais

### Riscos Identificados:

### Análise do Caso

Com base nos documentos apresentados, o caso em questão trata de uma apelação cível envolvendo a parte apelante José Gaspar dos Santos Marques e a parte apelada Banco CG Consignado S/A. A ação refere-se a uma ação declaratória de nulidade contratual cumulada com reparação de danos materiais e morais relacionados a um empréstimo consignado.

O Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu decisão negando provimento ao recurso da parte apelante, mantendo a sentença de improcedência em relação ao dano moral e extinção sem mérito em relação à declaração de nulidade do contrato. Foi destacado que a parte ré devolveu os valores descontados do benefício da autora, retornando as partes ao status quo ante praticamente um ano antes da distribuição do feito.

Além disso, foi ressaltado que não houve comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem a indenização por dano moral. Portanto, o recurso da parte autora foi considerado improvido.

### Conclusão

Com base na decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, a análise do caso indica que a parte apelante não obteve sucesso em sua apelação, sendo mantida a sentença de improcedência em relação ao dano moral e extinção sem mérito em relação à declaração de nulidade do contrato. Dessa forma, é importante avaliar os próximos passos a serem tomados no caso, considerando as decisões judiciais já proferidas.

Sugerir Próximos Passos

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

Sugerir Próximos Passos

**Próximos Passos e Oportunidades:**

**Parecer Jurídico**

Diane dos documentos apresentados, verificamos que se trata de um caso de apelação cível envolvendo uma ação declaratória de nulidade contratual cumulada com reparação de danos materiais e morais, relacionada a um empréstimo consignado.

O Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu decisão negando provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a sentença de improcedência em relação ao dano moral e extinção sem mérito em relação à declaração de nulidade do contrato. Foi destacado que as partes retornaram ao status quo ante praticamente um ano antes da distribuição do feito, o que evidencia a ausência de interesse de agir em relação ao pedido de nulidade do contrato.

Quanto aos danos morais, o Tribunal entendeu que não houve comprovação de ofensa à honra, dignidade ou imagem da parte autora, não sendo cabível a condenação por esse tipo de dano.

Diane do exposto, consideramos que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo está fundamentada no ordenamento jurídico vigente e nos princípios do direito civil, não havendo elementos que justifiquem a reforma da sentença.

Sendo assim, recomendamos que o cliente avalie a possibilidade de acatar a decisão do Tribunal ou, caso deseje, buscar outras instâncias recursais para eventual revisão do caso.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos e para auxiliar em novas medidas que possam ser adotadas no processo.

Atenciosamente, [Seu Nome] Advogado Consultor

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

**Análise do Caso: caso\_d88d7a76**

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso\_d88d7a76'...

Chat Resumo Análise Estratégica FIRAC Gerar Petição Pesquisa Ementas

**Estratégia de Defesa (Método FIRAC)**

Gere uma análise jurídica estruturada (Fatos, Questão, Regras, Aplicação, Conclusão).

Esta análise deve ser revisada criticamente por um profissional.

Gerar Análise FIRAC Completa

localhost:8501/Análise\_de\_Caso

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop file here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

## Estratégia de Defesa (Método FIRAC)

Gere uma análise jurídica estruturada (Fatos, Questão, Regras, Aplicação, Conclusão).

Esta análise deve ser revisada criticamente por um profissional.

Análise FIRAC já foi gerada para este caso e está carregada.

### Fatos (Facts)

- Negativa de danos morais à parte autora nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado.
- Restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante.
- Decisões baseadas no Código de Defesa do Consumidor e no entendimento de que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem indenização por danos morais.
- Condenação por danos morais em um dos casos, mas falta de comprovação de interesse de agir em relação à declaração de nulidade do contrato.
- Possibilidade de multa pela oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil.

### Questão (Issue)

1. Qual o entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado?

2. Qual a importância da restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contratos de empréstimo consignado?

3. Como o Código de Defesa do Consumidor influencia nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado?

4. Qual a fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado?

5. Quais as consequências da oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil?

localhost:8501/Análise\_de\_Caso

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop file here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

### Questão (Issue)

1. Qual o entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado?

2. Qual a importância da restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contratos de empréstimo consignado?

3. Como o Código de Defesa do Consumidor influencia nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado?

4. Qual a fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado?

5. Quais as consequências da oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil?

### Regras (Rule)

- Código de Defesa do Consumidor
- Código de Processo Civil
- Jurisprudência dos tribunais em casos de contratos de empréstimo consignado

### Aplicação (Application)

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

## Aplicação (Application)

1. O entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado está baseado na falta de comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização por danos morais. Portanto, a parte autora geralmente não é beneficiada nesse aspecto.

2. A restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante são fundamentais em casos de contratos de empréstimo consignado, visando restabelecer a situação anterior à ocorrência do erro ou abuso por parte da instituição financeira.

3. O Código de Defesa do Consumidor influencia nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado ao garantir a proteção dos direitos dos consumidores e estabelecer regras para as relações de consumo, como a restituição de valores indevidos e a proibição de práticas abusivas.

4. A fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado está relacionada à comprovação de lesão aos direitos de personalidade do consumidor, bem como à análise da conduta da instituição financeira e da gravidade do dano causado.

5. As consequências da oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil, podem incluir a aplicação de multa e a rejeição dos embargos, prejudicando a parte que os apresentou de forma inadequada. É importante seguir as regras processuais para evitar sanções e garantir a eficácia dos recursos utilizados no processo.

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

prooioçao de práticas abusivas.

4. A fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado está relacionada à comprovação de lesão aos direitos de personalidade do consumidor, bem como à análise da conduta da instituição financeira e da gravidade do dano causado.

5. As consequências da oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil, podem incluir a aplicação de multa e a rejeição dos embargos, prejudicando a parte que os apresentou de forma inadequada. É importante seguir as regras processuais para evitar sanções e garantir a eficácia dos recursos utilizados no processo.

## Conclusão (Conclusion)

Com base nas respostas fornecidas, é possível concluir que os tribunais tendem a negar danos morais nos casos de contratos de empréstimo consignado devido à falta de comprovação de lesão aos direitos de personalidade. No entanto, a restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante são fundamentais para garantir a justiça nessas situações.

Diante disso, uma estratégia inicial para casos envolvendo contratos de empréstimo consignado seria focar na comprovação da lesão aos direitos de personalidade do consumidor, buscando evidências que demonstrem o prejuízo causado pela conduta da instituição financeira. Além disso, é importante seguir rigorosamente as regras processuais, evitando a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais para não prejudicar a própria parte. O apoio do Código de Defesa do Consumidor também pode ser utilizado como base para reforçar os argumentos em defesa dos direitos do consumidor.

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

- Informações de texto
- Documentos PDF
 

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files
- Imagens (com texto)
 

Drag and drop files here

## Gerar Rascunho de Petição Inicial

Lembre-se: Este é um rascunho e DEVE ser minuciosamente revisado.

### 1. Selecione as Partes Principais

Autor (Cliente Cadastrado)*	Advogado Responsável*
Antônio Carlos Lima	Ednaldo das Quantas

**Réu:**

Nome Completo do Réu/Empresa\*

C6

CPF/CNPJ do Réu\*

34.987.123/0023-09

Endereço do Réu (se conhecido)

Rua Barbosa da Cunha, 631

Juiz:

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

- Informações de texto
- Documentos PDF
 

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files
- Imagens (com texto)
 

Drag and drop files here

## Rascunho da Petição Inicial Gerado:

Edit e cole o texto abaixo:

EXCELENTE SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1 VARA CÍVEL DA COMARCA DE Campinas - SP

Autos nº: (espaço para o número do processo, se houver distribuição prévia)

com endereço eletrônico lima@cliente.com.br, por seu advogado infra-assinado (procuração anexa - Doc. 01), com escritório profissional situado à R. das Rosas, 123 - Bairro Guanabara, Campinas - SP, endereço eletrônico quantas@advocacia.com.br, onde recebe intimações e notificações, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos - Art. 6º, V do Código de Defesa do Consumidor

- Art. 39, I do Código de Defesa do Consumidor
- Art. 373, I do Código de Processo Civil
- Súmula 603 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), propor a presente

AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE DEBITADOS EM CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

em face de C6, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº 34.987.123/0023-09, residente e domiciliado(a) em Rua Barbosa da Cunha, 631, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA (Opcional - Se Aplicável)

II - DOS FATOS

II - DOS FATOS

1. Trata-se de casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado, nos quais a parte autora pleiteou a condenação por danos morais.

2. Em um dos casos, foi negada a indenização por danos morais à parte autora, com base no entendimento de que não houve lesão à

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

Rascunho da Petição Inicial Gerado:

Edit e cole o texto abaixo:

por danos morais.

2. Em um dos casos, foi negada a indenização por danos morais à parte autora, com base no entendimento de que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem tal reparação. A decisão foi fundamentada no Código de Defesa do Consumidor.

3. No entanto, foi determinada a restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante, visando restabelecer a situação anterior à celebração do contrato de empréstimo consignado.

4. Em outro caso, houve condenação por danos morais, porém não foi comprovado o interesse de agir em relação à declaração de nulidade do contrato.

5. Além disso, foi observada a possibilidade de aplicação de multa pela oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil.

Dante do exposto, requer-se a análise dos fatos apresentados e a devida aplicação da legislação pertinente aos casos em questão.

III - DO DIREITO

III - DO DIREITO

1. Do entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado

Conforme a jurisprudência dos tribunais, a negativa de danos morais nos casos de contratos de empréstimo consignado está fundamentada na falta de comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização por danos morais. Nesse sentido, a parte autora geralmente não é beneficiada nesse aspecto, uma vez que é necessário demonstrar de forma clara e objetiva a ocorrência de danos morais para que haja a condenação da instituição financeira.

2. Da importância da restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contratos de empréstimo consignado

A restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante são medidas essenciais em casos de contratos de empréstimo consignado, visando restabelecer a situação anterior à ocorrência do erro ou abuso por parte da instituição financeira. O Código de Defesa do Consumidor prevê a restituição de valores pagos indevidamente, garantindo assim a proteção dos direitos dos consumidores e a reparação dos prejuízos causados.

3. Da influência do Código de Defesa do Consumidor nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado

O Código de Defesa do Consumidor exerce grande influência nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado, uma vez que estabelece regras claras para as relações de consumo e garante a proteção dos direitos dos consumidores. Dentre essas regras, destaca-se a proibição de práticas abusivas por parte das instituições financeiras, bem como a obrigatoriedade da restituição de valores indevidos, o que contribui para a equidade nas relações contratuais.

4. Da fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado

A fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado varia dependendo do caso específico. Geralmente, os tribunais analisam a existência de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização, considerando o contexto do contrato e as regras estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

Rascunho da Petição Inicial Gerado:

Edit e cole o texto abaixo:

III - DO DIREITO

1. Do entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado

Conforme a jurisprudência dos tribunais, a negativa de danos morais nos casos de contratos de empréstimo consignado está fundamentada na falta de comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização por danos morais. Nesse sentido, a parte autora geralmente não é beneficiada nesse aspecto, uma vez que é necessário demonstrar de forma clara e objetiva a ocorrência de danos morais para que haja a condenação da instituição financeira.

2. Da importância da restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contratos de empréstimo consignado

A restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante são medidas essenciais em casos de contratos de empréstimo consignado, visando restabelecer a situação anterior à ocorrência do erro ou abuso por parte da instituição financeira. O Código de Defesa do Consumidor prevê a restituição de valores pagos indevidamente, garantindo assim a proteção dos direitos dos consumidores e a reparação dos prejuízos causados.

3. Da influência do Código de Defesa do Consumidor nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado

O Código de Defesa do Consumidor exerce grande influência nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado, uma vez que estabelece regras claras para as relações de consumo e garante a proteção dos direitos dos consumidores. Dentre essas regras, destaca-se a proibição de práticas abusivas por parte das instituições financeiras, bem como a obrigatoriedade da restituição de valores indevidos, o que contribui para a equidade nas relações contratuais.

4. Da fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado

A fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado varia dependendo do caso específico. Geralmente, os tribunais analisam a existência de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização, considerando o contexto do contrato e as regras estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA (Opcional - Se Aplicável)

V - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação do Réu para responder à presente demanda;
- b) O reconhecimento do direito do Autor à restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contrato de empréstimo consignado;
- c) A condenação do Réu ao pagamento de danos morais, caso comprovada a lesão aos direitos de personalidade do consumidor;
- d) A condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
- e) O protesto pela produção de todas as provas admitidas em direito.

VI - DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal, pericial e depoimento pessoal do(a) Ré(u).

VII - DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Nesses Termos,  
Pede Deferimento.

Campinas, 14 de July de 2025.

[Baixar Rascunho \(.txt\)](#)

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso\_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

**Ingestão de Dados**

Informações de texto

Documentos PDF

Drag and drop files here  
Limit 200MB per file • PDF

Browse files

Imagens (com texto)

Drag and drop files here

**Análise do Caso: caso\_d88d7a76**

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso\_d88d7a76'...

[Chat](#) [Resumo](#) [Análise Estratégica](#) [FIRAC](#) [Gerar Petição](#) [Pesquisa Ementas](#)

**Pesquisa de Ementas por Similaridade**

Encontre jurisprudência relevante em sua base de conhecimento de ementas através de busca por similaridade semântica.

Gerenciar Base de Conhecimento de Ementas

**Realizar Pesquisa por Similaridade na Base de Ementas**

Sua Base de Conhecimento contém 49 trecho(s) de ementas indexado(s).

Fonte do texto da pesquisa:

Digitar/Colar Texto  Usar Resumo do Caso Ativo

The screenshot shows a Streamlit application running at [localhost:8501/Análise\\_de\\_Caso](http://localhost:8501/Análise_de_Caso). The interface includes a sidebar with sections for 'Ingestão de Dados' (containing 'Informações de texto', 'Documentos PDF', and 'Imagens (com texto)'), and a main area for 'Resultados da Pesquisa' showing two search results:

- 1. Origem:** 26-0222.txt  
APELAÇÃO CÍVEL. Ação declaratória de inexiste...  
(TJSP; Apelação Cível 1000933-03.2022.8.26.0222; Relator (a): Ricardo Pereira Junior; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau - Turma V (Direito Privado 2); Foro de Guariba - 2ª Vara Judicial; Data do Julgamento: 10/06/2025; Data de Registro: 10/06/2025)  
[+ Adicionar Ementa 1 ao Caso Atual]
- 2. Origem:** 0464.txt

The screenshot shows the 'Análise do Caso' section of the Streamlit application. It features a sidebar with 'Áudios' and 'Videos' upload sections, and a main area titled 'Análise do Caso: caso\_d88d7a76'. The main area includes a progress bar for loading the AI motor, navigation tabs (Chat, Resumo, Análise Estratégica, FIRAC, Gerar Petição, Pesquisa Ementas), and a 'Chat com Documentos do Caso' section where users can ask questions about the case documents.